

Libertar os sindicatos e fortalecer a CUT

Governo mantém o entulho

A República dos banqueiros e especuladores

JUNHO DE 1985 — Nº 10



ÓRGÃO DA COMISSÃO
EXECUTIVA NACIONAL DO
PARTIDO DOS TRABALHADORES

*Lutar pela Constituinte é lutar para que
se modifique o atual estado jurídico elitista e
conservador*

Djalma Bom

Os leitores pedem um espaço

“... Existe uma falta de divulgação impressionante sobre aonde as pessoas que queiram saber sobre o partido, sobre suas idéias e diretrizes devem dirigir-se. (...) Não vejo espaço algum nesse **Boletim** dedicado ao público ou aos filiados. Eu mesma gostaria de ter uma participação mais ativa, fico presa somente ao **Boletim**, que traz tudo o que já foi resolvido, sem ao menos ter lido, antes, algo mais sobre algum desses itens”.

*Silvia Cristina Lopes Venditto
Vila Mariana, São Paulo*

“... escrevemos a pedido do leitor Enos Lages Bento, parabenizando pelo excelente programa apresentado pelo PT em cadeia de emissoras de televisão, mostrando com toda a objetividade a realidade dos fatos que têm sido omitidos à nação brasileira, que transmitiram numa linguagem simples e clara...”

*Câmara Municipal de Itaguaí,
Rio de Janeiro*

“... Estamos trabalhando com o propósito de criar o núcleo do PT em nossa cidade. Assim, necessitamos de apoio, principalmente no que diz respeito à situação atual do partido frente à conjuntura nacional, ou seja, precisamos de informações atualizadas das decisões tomadas pelo partido para divulgação no nosso meio”.

*Núcleo dos Simpatizantes do PT
Anagé, Bahia*

MAIS CARTAS (p. 7)

Das diretas já à trimestralidade já

O povo está de novo nas ruas. É o mesmo povo que lutou pelas diretas já e ficou com as indiretas. Que apoiou Tancredo com mudanças já e ficou sem Tancredo e sem as mudanças. Agora o povo cobra essas mudanças.

Fracassou a tentativa da Aliança Democrática de transformar o luto pela morte de Tancredo em ato de contrição e fé na Nova República. As esperanças populares na Nova República foram enterradas com o corpo de Tancredo. Este é o significado do retorno do povo às ruas, das greves pela trimestralidade, pela redução da jornada de trabalho e pela reposição do valor real do salário.

Mas a Nova República não pode dar nada disso porque está atrelada aos banqueiros nacionais e internacionais, que continuam se enchendo de dinheiro à custa do sofrimento popular e do esvaziamento dos cofres do Tesouro. Só de juros das dívidas o governo vai pagar este ano aos banqueiros e especuladores Cr\$ 91 trilhões. Por isso, não sobra dinheiro para pagar professores, médicos, carteiros.

Diante da explosão dos movimentos reivindicatórios, a Nova República responde ora com promessas ora com o cacete. Promessas de uma reforma agrária para amanhã e cacete nos bôias-frias hoje. Responde também com teorias conspirativas. Mas a única conspiração que existe é a dos 14 grandes banqueiros internacionais e do FMI, que tudo fazem para o Brasil pagar até o último tostão os juros extorsivos. Esses conspiradores não estão nem no PT nem nos sindicatos.



Nair Benedito/F4



O "emendão"

Mais um remendo que não acabou com as leis de exceção

A Nova República emendou mais uma vez a colcha de retalhos que é a Constituição, ao invés de providenciar logo uma nova, senão de acordo com a vontade da maioria da população, pelo menos mais condizente com as promessas feitas pelos atuais mandatários do poder durante a campanha que precedeu a ascensão de Sarney à Presidência. Foi aprovada pelo Congresso e sancionada por Sarney a Emenda Constitucional nº 25, de 15 de maio de 1985, que muda parte da legislação eleitoral-partidária. O que não deixa de ser positivo, mas não foi ao fundo bastante para mudá-la substancialmente. Vejamos as principais mudanças:

Instituiu-se a eleição para o Distrito Federal — oito deputados federais e três senadores —, o que é uma meia alegria, visto que os candangos e brasilienses continuarão sem poder eleger seu governador e tampouco terão uma Câmara Municipal ou Assembleia legislando sobre os destinos do Distrito Federal. Com essa mudança o número de deputados federais passa a 487 e o de senadores a 72.

A emenda permite o voto do analfabeto, mas sem que eles possam ser votados. E mantém-se a proibição do voto para os soldados, cabos e marinheiros, tudo na velha tradição da velha república. O "emendão", como está sendo chamado, determina a eleição direta do presidente e do vice-presidente, mas sem marcar data, de modo que ficamos à espera por mais algum tempo. Essa eleição será por dois turnos. Se nenhum candidato alcançar maioria absoluta no primeiro turno, há nova disputa entre os dois mais votados, após trinta dias.

Os partidos clandestinos, como o PCB e o PC do B podem atuar às claras, desde que encaminhem pedidos de registro ao TSE, o que já foi feito por ambos. Isso é saudável para a democracia. Mas o "emendão" não acabou com o tal de "entulho autoritário" — as leis de exceção. Por que será?

O Congresso continua sem poder legislar sobre matérias econômicas. Mas o "emendão" acabou com a fidelidade partidária. As exigências para pequenos partidos diminuíram, mas não desapareceram, pois para manterem sua representação no Congresso precisam obter pelo menos 3% dos votos, distribuídos num mínimo de cinco Estados, com 2% dos votos de cada Estado. Os deputados eleitos por partidos que não consigam esse quorum não perdem seus mandatos. Têm sessenta dias para mudar de partido.

Para que a frustração geral seja amenizada, diante do fato de que não foram marcadas as eleições diretas para presidente e nem eliminadas as leis de exceção, teremos eleições ainda este ano nas capitais, estâncias hidro-minerais e municípios que recuperaram sua autonomia. Com a novidade de que são permitidas as coligações, ou seja o candidato a prefeito pode ser de um partido, e o vice, de outro. Mas não foi aprovada a tese dos dois turnos para as eleições nas capitais, conforme defendia o PT.

A maioria das propostas do PT foram rejeitadas pela comissão. E muitas das propostas aprovadas pela própria comissão foram depois vetadas pela cúpula da Aliança Democrática, sob a alegação de que seriam rejeitadas pelo plenário. Foi um emendão que deu tudo aos políticos que não perderam oportunidade de posar de democratas nos palanques, mas para o povo deu muito pouco.

Mauro di Deus

O que o PT propôs e não passou

- Revogação das leis de exceção, entre as quais a Lei de Segurança Nacional, Lei de Greve, Lei de Imprensa.
- Nenhuma exigência para a vida legal de partidos
- Proporcionalidade direta entre número de eleitores e número de deputados (que permanece fortemente deformada, prejudicando Estados mais desenvolvidos, como São Paulo, e partidos menores, como o PT).
- O voto do soldado, cabo e marinheiro (aprovado na Comissão, mas derrubado em plenário).
- Acesso igual de todos os partidos aos meios de comunicação.
- Proibição de a iniciativa privada dar dinheiro a partidos políticos.

PT acerta os ponteiros

Em Diadema, os conflitos de relacionamento entre o prefeito Gilson Menezes, a bancada de vereadores e o Diretório Municipal parecem caminhar para uma solução. Se ainda não foram eliminadas todas as fontes de crise, já é possível pelo menos registrar alguns resultados concretos do trabalho de acompanhamento sistemático da vida do Partido no município, conduzido pelo Diretório Regional de São Paulo.

Um deles refere-se às contribuições financeiras ao Diretório Municipal, que tanto o prefeito como os diretores de departamento da prefeitura e alguns vereadores vinham questionando. O acordo que fixou nova base para o cálculo das contribuições —

50% sobre a parte fixa e a variável dos salários — foi oficializado pelo Diretório Regional e já começa a ser cumprido. Foi também dada uma solução para o problema das fichas de filiação partidária, que o Diretório Municipal se recusava a enviar ao tribunal: uma primeira parte delas já foi encaminhada, com o endosso do próprio Diretório Municipal, e novas levas serão enviadas desta mesma forma, ou diretamente, pelo Diretório Regional.

Outra iniciativa importante veio do prefeito Gilson Menezes, que solicitou à Executiva Regional a criação de um mecanismo de consulta sistemática com a direção do Partido, com o objetivo de ampliar o seu apoio à administração e evitar eventuais desencontros. Também os vereadores — quatro dos cinco que o PT possui na Câmara Municipal — deram um passo positivo na situação, enviando um documento à Executiva Regional, com sugestões sobre o relacionamento das instâncias partidárias com a prefeitura no município — o único do Brasil governado pelo PT.

José Américo Dias

O imperialismo existe

NO ABC, mais de 70 empresas médias e pequenas aceitaram a redução da jornada de trabalho e o reajuste trimestral. Mas as multinacionais decidiram quebrar o movimento operário para impor acordos plurianuais, compatíveis com seus contratos de exportação de longo prazo

Além das violências rotineiras dos patrões contra os trabalhadores do ABC, este ano, as grandes empresas, principalmente as multinacionais, resolveram usar uma tática mais sofisticada: as demissões por justa causa, anunciadas aos poucos ao fim de cada dia de greve.

As demissões, todavia, não são novidade para os trabalhadores metalúrgicos de São Bernardo e Diadema. De 1978 a 1984 foram demitidos, em São Bernardo, 79.633 trabalhadores.

Os dados que estamos dando se referem apenas às homologações realizadas no Sindicato. Se formos considerar as homologações realizadas na Delegacia do Trabalho e as demissões de trabalhadores com menos de um ano de

firma (que não são sujeitas à obrigação legal de homologação), teremos esses números acrescidos de pelo menos 50%.

A categoria metalúrgica foi, portanto, totalmente renovada nesses anos. No ano de 1981 não houve greve e as demissões atingiram o seu maior índice.

Na realidade as demissões estão vinculadas a uma política dos empresários de diminuir os seus custos e com isso aumentar a lucratividade.

Altino Dantas

DEMISSÕES HOMOLOGADAS	
NO SINDICATO	
1978	15.983
1979	13.038
1980	10.877
1981	16.437
1982	4.824
1983	9.859
1984	8.605
TOTAL	79.633

FOTO: F. FOHA DE S. PAULO

NOVO PND

O primeiro plano de governo da Nova República deveria mostrar como a Aliança Democrática pretende cumprir suas promessas de melhoria do nível de vida da população. Ao invés disso, o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) apenas reflete a falência do Estado brasileiro e sua incapacidade para tirar o país da crise em que se encontra. O governo não tem dinheiro para investir em mais escolas, hospitais, planos de moradia, emprego, alimentação. E não tem porque vacilar diante de uma das heranças mais pesadas deixadas pela ditadura. Ou seja, o estrangulamento das finanças públicas. Ao longo dos últimos vinte anos, o governo gastou tudo o que tinha (e o que não tinha, tomando emprestado) para erguer projetos inadequados; conceder incentivos milionários; socorrer bancos e grupos falidos; além de arcar com dívidas de grandes empresas — principalmente multinacionais —, que tomaram dinheiro lá fora e repassaram ao Banco Central, com medo de uma maxidesvalorização cambial.

Resultado: dos 100 bilhões de dólares devidos hoje pelo Brasil, mais de 74 bilhões foram jogados nas costas do Estado e das empresas públicas, muitas das quais se encontram quebradas. Os juros dessa dívida — mais os da dívida interna — vão custar este ano 91 trilhões de cruzeiros aos cofres



públicos. Cerca de 65% para pagar aos bancos estrangeiros e 35% para remunerar os especuladores daqui mesmo, que "emprestam" ao Estado a juros de 19% ao ano. Apesar de tudo o que arrecada, portanto, o governo não tem recursos para pagar a seus funcionários (carteiros, professores, médicos), nem para investir e tirar o país do buraco.

Sem metas, sem prazos e sem dinheiro, o atual PND é um espelho fiel desse impasse em que se encontra a Nova República. Se não jogar pesado, renegociando sua dívida interna e externa em condições mais favoráveis, só restará ao governo o velho caminho ortodoxo de remendar as finanças públicas com cortes nos gastos e aumento dos impostos — de quem ganha menos, claro. É esse o caminho que vem sendo implementado pelo ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, principal ponta de lança da direita dentro do ministério. Quem perde nessa rota? A população de baixa renda, que já sofre com a deterioração crescente dos serviços públicos. Quem vai ganhar? Os banqueiros e especuladores, que continuarão recebendo juros em dia, sob os auspícios da Nova República.

Cláudio Cerri

A República e as greves

O general Octavio Aguiar de Medeiros, chefe do SNI na velha república, levou um pito do ministro do Exército porque revelou a tática da Nova República para acabar com as greves: "Cacete não é santo mas faz milagres", disse Medeiros. De fato, o cacete comeu solto na Nova República.

A polícia do "governo democrático" de Franco Montoro não respeitou nem mulheres e crianças na repressão aos bóias-frias.

"O movimento era pacífico e o trabalhador não se preparou para

enfrentar uma guerra", queixou-se Hélio Neves, um dos diretores da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo (Fetaesp).

A Fetaesp contabilizou 83 prisões e 30 feridos. Em Pitangueiras havia mulheres e crianças entre os feridos, três dos quais tiveram que ser levados ao hospital. Também durante as greves dos metalúrgicos muitos dirigentes sindicais foram rodeados e espancados pela polícia. Na Nova República é crime fazer piquete — crime reprimido a cacetada. A repressão chegou a tal ponto que o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, acabou fazendo o papel do "bom policial", o que entra em cena depois do preso ter sido "trabalhado" pelo outro polícia, oferece cigarro, dá conselhos, entre os quais o de assinar a confissão. Só que o conselho de Almir é para assinar um acordo. As forças reacionárias da Nova República encurralaram o ministro Pazzianotto.

Waldir Trigo, deputado estadual pelo PMDB exigiu a remoção do comandante da PM, Milton Pink, que chefiou a guerra contra os bóias-frias em Bebedouro. Certamente de olho na eleição do ano que vem, Trigo anunciou que se afastava da vice-liderança na Assembléia. O principal assessor político do governador Montoro, Luis Carlos Bresser Pereira, ficou tão assustado com a escalada de repressão, que acusou os empresários de falso alarmismo perante as greves. Bresser Pereira disse que "a burguesia nunca esteve tão forte no Brasil e todo mundo sabe disso". O que desmentia o diagnóstico do chefe do SNI (na Nova República), general Ivan de Souza Mendes, segundo o qual "as greves poderiam levar à desestabilização do regime".

As greves, como se vê, racharam o governo da Nova República. Só que na briga entre os duros e os moles, foi o povo que levou o cacete. Esse filme nós já vimos.

Bernardo Kucinski

PALAVRA DE LÍDER

Por que lutar pela Assembléia Nacional Constituinte



A tarefa que se impõe ao PT é lutar para que se modifique o atual estado jurídico, elitista e conservador

O Partido dos Trabalhadores, como outros segmentos organizados e democráticos, entende ser premente a convocação da Assembléia Nacional Constituinte.

A Carta Maior sob a qual se assenta a Nova República é a mesma que caracterizou os anos de ditadura militar. É verdade que o Congresso com a votação do "emendão" deu à frente um passo político importante. Mas as leis de exceção permanecem. Pode-se argumentar que não estão sendo aplicadas, ao que podemos contrapor: por que a permanência de leis, a não ser para que sejam acionadas em momentos-chaves?

Hoje, vivemos o paradoxo de que nem mesmo o Congresso Nacional, eleito em 1982 com a participação popular, representa os anseios da coletividade. Entendendo a Constituição, mais do que documento jurídico, um documento político, temos de convir que em sua preparação se digladiarão forças políticas antagônicas, e que sua letra será o resultado da hegemonia de uma delas, que determinará um conteúdo mais ou menos democrático, mais ou menos autoritário.

Entretanto, essas forças não serão detonadas apenas durante os trabalhos constituintes, elas já estão organizadas e em ação, trabalhando para que continue sendo um engodo o § 1º do Art. 1º do texto constitucional que reza: Todo o poder emana do povo e em seu nome é exercido.

Para que a Assembléia Nacional Constituinte seja livre e democrática é preciso que seja eleita e se instale com liberdade e democracia. Daí advém a necessidade da extinção do **entulho autoritário**, seja através do Congresso onde existe uma Comissão instalada com esta finalidade, ou, como propõe Fábio Konder Comparato em seu anteprojeto de convocação da Assembléia Nacional Constituinte, que o extingue em seu próprio texto.

O Partido dos Trabalhadores luta para que a Assembléia Constituinte não seja apenas um Congresso Constituinte, para que dela possam participar, não só políticos, mas os legítimos representantes dos movimentos sociais combativos. Outra questão que gostaríamos de colocar para os companheiros é

a de que pouco adianta uma Nova Carta, se ela não tiver instrumentos que determinem o cumprimento do que prescreve. Gostaríamos de exemplificar: A Constituinte de 46 reconheceu o direito de greve; no entanto, nem o governo daquela época, nem os posteriores **regulamentaram-no**; isto aconteceu somente após 64, com os resultados que todos sofremos até hoje.

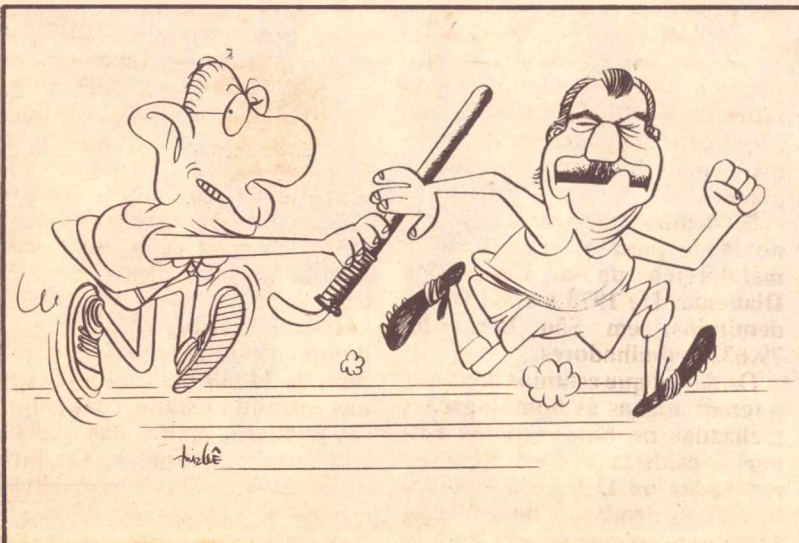
Pela mesma razão pela qual o PT luta pela Assembléia Constituinte separada do Congresso, por entender que é necessária a ampla participação de todas as camadas sociais, o PT propõe a constituição de Assembléias Municipais Constituintes, de caráter deliberativo.

A nova Constituição mexerá com o dia-a-dia de todos nós, temos que ressaltar isto, **escancararmos** a discussão entre os trabalhadores, para que tenhamos uma representação autêntica e majoritária no seio da ANC.

Devemos ligar a discussão da questão com a possibilidade de intervenção, para que se modifiquem as situações concretas que afligem o trabalhador e sua família. Lembrar, por exemplo, que a Constituinte tem poderes para retirar do Executivo o direito de legislar sobre matéria econômica e financeira através de decretos-leis. Com isso se impede a repetição de fatos que nos tocam de perto: o de acordarmos com mais um tributo em cima do orçamento doméstico, que nos caiu de surpresa, sem sabermos por quê. A Constituinte não pode dar empregos para todos, mas pode determinar uma política econômica voltada para o social. Pode assegurar um salário mínimo real, a autonomia sindical, dar prioridade às questões da saúde e da educação popular. Pode ser o instrumento que dê prioridade ao homem comum.

Enfim, a tarefa que se impõe ao Partido dos Trabalhadores é lutar para que se modifique o atual estado jurídico, elitista e conservador, convivente com o fato de que todas as nossas Constituições tiveram vários artigos que foram apenas declaração de intenções não cumpridas, onde os cidadãos não possuem meio algum para obrigar o Estado a seu cumprimento.

Djalma Bom
Líder do PT na Câmara Federal





ENCONTRO NACIONAL SINDICAL

Libertar os sindicatos e fortalecer a CUT

Pela primeira vez, desde sua fundação, o PT formula uma proposta abrangente de atuação no meio sindical

Se é verdade que a História se faz superando contradições, então o PT deu um importantíssimo passo adiante com a realização do Encontro Nacional Sindical. A contradição: nascido principalmente do neo-sindicalismo combativo de 1978 e 79, o PT ainda não havia definido uma política de atuação no movimento sindical. A superação da contradição: nos dias 17, 18 e 19, em Diadema (SP), o PT realizou o seu Encontro, com a participação de quase cem delegados, indicados por encontros regionais de dezoito Estados — e aprovou a linha sindical do PT.

As resoluções têm caráter indicativo, devendo ser referendadas pela próxima Convenção Nacional do Partido. Mas já servem de orientação — positiva — aos militantes.

FALHAS E VIRTUDES

Muitos delegados sentiram falta de uma exposição sobre o alcance da presença do PT no movimento sindical (em quantos e quais sindicatos atua, em quais tem influência decisória, etc), e, também, de um balanço crítico das lutas sindicais do ano passado e do atual surto grevista. A exposição sobre conjuntura política, do nosso secretário geral Francisco Weffort, o candente depoimento de Rafael Martinelli, ex-integrante do CGT, sobre o sindicalismo pré-64, e a conferência sobre estrutura sindical do sociólogo Roque Aparecido, não preencheram aquelas lacunas.

Também é verdade que a maior parte dos delegados eram quadros intermediários de organizações sindicais que agrupam categorias de classes médias, sendo poucos e pouco atuantes os peões mais ligados à produção e os trabalhadores rurais. Mas, apesar das falhas, a Secretaria Sindical considerou o Encontro altamente positivo. "Fazer o Encontro e tirar uma linha sindical já é muito bom", disse Paulo Azevedo, da Executiva Nacional, que organizou o Encontro com a ajuda do Diretório Municipal de

Diadema, da Prefeitura de Diadema e dos funcionários da Sede Nacional.

POLÊMICAS

Nas discussões sobre conjuntura houve uma luta renhida: incluir ou não a palavra de ordem de *diretas-já*. Não foi incluída (é a Constituinte que deverá definir a data), mas os delegados mostraram-se abertos a eventuais mudanças bruscas de conjuntura. No mais, a reiteração das posições já assumidas pelo Diretório Nacional do PT: oposição ao caráter conservador da transição burguesa representada pelo governo Sarney e ampliação e articulação das lutas do movimento popular para forçar a mudança da política sócio-econômica.

Na linha sindical, um dos grandes embates deu-se em torno da proposta de se garantir representação proporcional nas diretorias sindicais às chapas derrotadas nas eleições. As razões dos dois lados: os que são contra alegam que com a atual estrutura sindical não é possível; talvez quando houver ampla liberdade. Os que são a favor dizem que a proporcionalidade é mais democrática e deve ser adotada desde já. Conclusão: o PT tem de estudar mais esse assunto. Mas, por enquanto, a resposta é não.

Outra questão: comissões de empresa. Todos concordam que elas devam ser estimuladas. A polêmica surge quando se trata de definir as relações entre a comissão e o Sindicato (relação "natural"? "orgânica"? "vínculo"? "subordinação"?). Também aí, o PT deve estudar mais o assunto.

O fim do Imposto (ou contribuição) Sindical — o elo mais forte do atrelamento do sindicato ao Estado — passou sem maiores problemas. Mas causou muitos debates a questão da "contribuição assistencial". Deve ela valer para toda a categoria ou só para aqueles que a aceitarem? Prevaleceu a primeira idéia, desde que uma assembléia sindical decida sobre o valor dessa contribuição.



A greve pelas 40 horas: mais uma vez o ABC aponta o caminho.



Veja qual é a linha sindical do PT

Acabar com o imposto sindical para acabar com os pelegos

UNIDADE, UNICIDADE E PLURALISMO SINDICAL

A unicidade imposta pelo Estado deve ser rejeitada como prejudicial às necessidades dos trabalhadores, pois a intromissão estatal na organização sindical implica em restrições à sua liberdade de ação contra a burguesia e seu Estado. O PT lutará pela unidade orgânica do movimento sindical e pelo sindicato único por categoria profissional ou ramo de atividade e pela Central Única dos Trabalhadores. Devemos evitar o pluralismo sindical porque ele dificulta a unidade de ação contra a burguesia.

RELAÇÃO DOS SINDICATOS COM O ESTADO

O PT manifesta-se pela extinção completa do Título V, da Consolidação das Leis do Trabalho, que consagra a intromissão estatal e sua regulamentação da vida sindical, posicionando-se pela aprovação e cumprimento da Resolução n.º 87 da OIT e sua efetiva aplicação no Brasil, sem prejuízo da luta pela unidade sindical dos trabalhadores e pela consagração da independência e autonomia sindical em nossa Constituição.

ALGUNS PONTOS BÁSICOS

O militante do PT deve se orientar pelos seguintes princípios:

1. Voltar-se prioritariamente para o fortalecimento da entidade e o crescimento do nível de organização da categoria.

2. Defender e favorecer os direitos à participação de todos os associados, qualquer que seja a sua posição no interior do movimento sindical, e também de todos os membros da categoria.

3. Jamais tentar substituir o sindicato e procurar sempre atuar em consonância com as palavras de ordem e as orientações que as assembleias sindicais decidirem.

4. Lutar pela renovação das direções sindicais acomodadas ou conciliadoras e estimular a posição do movimento sindical que se opõe à atual estrutura e legislação sindical.

NOSSA ATUAÇÃO

O PT confia no desenvolvimento autônomo do movimento

sindical numa linha de compromisso com as bases.

Para uma intervenção coerente e realista devemos pautar nossa organização em alguns pontos importantes:

1. Criação de secretarias sindicais nas instâncias nacional, regional e municipal, que procurarão ajudar a atuação dos petistas no movimento sindical, integrando sindicalistas da cidade e do campo.

2. Incentivar a criação de núcleos por categoria e local de trabalho, dando-lhes toda a assessoria possível.

3. Incentivar a criação de comissões de empresa. As secretarias sindicais deverão intensificar um debate sobre as formas de estruturação dessas comissões, seu relacionamento com os sindicatos e com as diretorias.

4. A participação nas reuniões e assembleias é outro fator importante. O militante petista deve falar como trabalhador e associado que é, refletindo a preocupação constante com as reivindicações gerais dos trabalhadores e as específicas da base territorial.

5. Os petistas devem organizar oposições sindicais para derrubar as direções pelegas.

6. Os dirigentes sindicais petistas devem fazer um esforço para manter sua ligação orgânica com o Partido.

7. Em relação às eleições sindicais, o PT deve batalhar para que todos os seus militantes apoiem e participem da mesma chapa, o que não significa que defendemos chapas exclusivamente petistas. Recomendamos, ainda, que as chapas sejam compostas a partir de convenções eleitorais, livres e abertas, mas convocadas a partir de princípios políticos e de um programa de luta e de trabalho para o Sindicato.

A proposta política de proporcionalidade nas eleições sindicais, onde todas as chapas concorrentes estariam contempladas na diretoria, não é hoje o melhor caminho para a democratização e o avanço político da luta sindical.

A LUTA CONTRA O PELEGUISMO

O PT considera necessário lutar pela renovação das direções

sindicais, como uma das expressões do combate ao peleguismo e pelo fim do sindicalismo regido pela CLT.

PELO FIM DO IMPOSTO SINDICAL

O PT, desde já, se posiciona pela extinção do Imposto Sindical como uma medida geral e primordial a ser aplicada de forma igual — em termos de ritmo e prazos — à totalidade dos sindicatos brasileiros. Como formas para garantir a sustentação financeira do sindicato, independentemente do Imposto Sindical, os militantes sindicais petistas:

1. Promoverão a sindicalização massiva da categoria, que implica na contribuição voluntária e consciente dos trabalhadores.

2. A atual Contribuição Assistencial (verba descontada de todos os trabalhadores de uma dada categoria profissional por ocasião dos acordos coletivos) será decidida democraticamente, em assembleia da categoria, e passará a ser uma "taxa de campanha salarial".

3. Buscarão formas alternativas de sustentação das lutas da categoria — como os fundos de greve — e, onde esses já existirem, buscarão seu aperfeiçoamento e fortalecimento.

FORTELECIMENTO DA CUT

A principal aplicação atual da discussão sobre a unidade, unicidade e pluralismo sindical refere-se às relações entre a CUT — central sindical independente e democrática em processo de construção — e a CONCLAT — articulação divisionista formada pelos adversários da construção da CUT. O PT entende que a CUT é a expressão do respeito à vontade democrática e de uma perspectiva de unidade sindical das bases, que sua fundação partiu dos ENCLATs e CECLATs e que seu fortalecimento orgânico e político é uma tarefa fundamental para todos os partidos políticos comprometidos com os interesses da classe trabalhadora, para que as mais diversas posições políticas e ideológicas, partidos e militantes do movimento caminhem no sentido de assegurar efetivamente o caráter unitário da CUT.

um sindicato único por categoria ou ramo de atividade, desde que essa unicidade não seja imposta pelo Estado. Com essa ressalva, o PT procura neutralizar o argumento dos que combatem a Convenção 87 sob a alegação de que ela traria (como de fato poderia, no limite, trazer) a pluralidade sindical no Brasil.

Perseu Abramo e Paulo Azevedo



A Convenção 87 da OIT

Logo após o final da Segunda Guerra Mundial, com a derrota do nazi-fascismo, a OIT (Organização Internacional do Trabalho) começou a preparar um documento que contivesse princípios capazes de assegurar a liberdade sindical. No dia 9 de julho de 1948, a OIT aprovou esse documento, que tomou o nome de Convenção 87. O Brasil, filiado à OIT, participou da elaboração do documento. Mas, enviado ao Congresso Nacional o projeto de lei indispensável para a ratificação oficial, pelo Governo brasileiro, da Convenção 87, as forças conservadoras exerceram pressão e conseguiram engavetar o projeto.

O projeto ficou engavetado 36 anos!

No ano passado, a Câmara dos Deputados aprovou o projeto. Agora, só falta a aprovação do Senado e a sanção do presidente da República.

Em essência, a Convenção 87 diz o seguinte:

Sem autorização prévia, e sem distinção de qualquer espécie, os trabalhadores (e também os empregadores) têm o direito de criar organizações de sua escolha e de se filiar a essas organizações, só precisando respeitar os seus estatutos. As organizações podem elaborar livremente esses estatutos, eleger seus diretores, planejar e executar a sua atividade, constituir federações e confederações e filiar-se a entidades internacionais. E o Governo não intervir nas entidades, nem suspendê-las ou dissolvê-las.

AUTONOMIA E LIBERDADE

Finalmente, ao optar claramente pela revogação do Título V da CLT e pela aprovação da Convenção 87 da OIT (ver boxe ao lado), o Partido dos Trabalhadores disse, em resumo, o seguinte: somos contra o sindicato oficial,

definido pelo Estado, atrelado ao Ministério e dependente da burocracia e do autoritarismo governamentais; queremos um sindicalismo livre, isto é, em que os trabalhadores tenham plena e total liberdade de organizarem-se do jeito, da maneira, onde, como e quando quiserem.

Mas — acrescentou prudentemente o Encontro — defendemos



PT apresenta sua proposta de convocatória da Constituinte

A Comissão Política do Partido e sua bancada federal submeterão aos partidos políticos e aos três Poderes uma avançada proposta de convocação da Assembléia Nacional Constituinte.

Pela proposta do Partido dos Trabalhadores, as eleições serão em 1º de março de 1986 e a instalação da Assembléia em 21 de abril. Votam todos os brasileiros

maiores de 18 anos, e a Assembléia é unicameral.

A proposta de convocatória do PT revoga simultaneamente a Lei de Segurança Nacional, a Lei de Greve, a Lei de Imprensa, e a que proíbe greves em serviços essenciais (Lei nº 1.632). Propõe, ainda, a proporcionalidade direta entre número de eleitores e número de eleitos, o direito à participação de todos os partidos, e a criação de conselhos consultivos municipais.

Balanço mostra um desafio para o Partido: Ou o PT cresce construindo ou apenas existe sem crescer

Desde a sua legalização, em nível nacional, o Partido dos Trabalhadores conseguiu atingir 1.100 municípios brasileiros dos 4.022 existentes. São dados fornecidos pela Secretaria de Organização Nacional, conforme quadro montado em março de 1985. Isto, sem dúvida, sugere perguntar: **o PT avançou, recuou ou estacionou?**

A pergunta não se prende a questões burocráticas. Ela tem um sentido político. Significa uma tentativa de estabelecer níveis de avaliação entre **crescimento x estagnação orgânica** e **crescimento x estrangulamento político**.

ASSUMIR COM REALISMO

De acordo com os números, o Partido está ausente em 2.922 municípios. Por mais assustadora que a defasagem possa parecer, em princípio, precisamos, primeiro, assumir com realismo a nossa condição de **partido em construção**.

A DEFASAGEM

Na verdade estamos defasados entre a **necessidade de crescer construindo** e a **realidade de existir sem crescer politicamente**. Por isso, sem precisarmos de uma verificação muito minuciosa, os dados da Secretaria Nacional de Organização fornecem a realidade constatadora: no período compreendido entre 1982 e 1984, o PT aumentou em 102 o número

de diretórios municipais, numa abrangência de dez Estados:

SÃO PAULO - 14
BAHIA - 38
MATO GROSSO - 13
RIO GRANDE DO NORTE - 12
SERGIPE - 11
PARAÍBA - 6
RIO GRANDE DO SUL - 5
PIAUI - 1
AMAPÁ - 1
RONDÔNIA - 1

Paralelamente, no mesmo período (82-84), por motivos os mais diferentes, o Partido teve diminuído em 94 o número de diretórios municipais, correspondendo a dez Estados:

MINAS GERAIS - 25
CEARÁ - 23
RIO DE JANEIRO - 18
MATO GROSSO DO SUL - 15
PARANÁ - 5
ESPÍRITO SANTO - 2
SANTA CATARINA - 1
ACRE - 1
PERNAMBUCO - 1

Disso, resulta um saldo positivo de apenas oito Diretórios. Contudo, esse pequeno avanço numérico vem se diluir dentro de um outro quadro: tivemos uma série de desestruturações de diretórios ou de impossibilidades legais. São os casos, por exemplo, de:

MATO GROSSO DO SUL - Dos 15 diretórios existentes em 1982, restavam, até bem pouco, tão somente os 2.841 filiados, com o trabalho de reestruturação sendo recentemente iniciado.

ALAGOAS - Em 1982, o Partido dos Trabalhadores estava criado em 22 municípios. Houve uma completa desestruturação e, somente agora, o PT recomeça processo de organização.

PARÁ - No mesmo período de dois anos, também o Pará viu diminuído o número de diretórios municipais. Dos 18 que tínhamos, em 1982, passamos a 17 no ano de 84. Motivo: desestruturação.

GOIÁS - De acordo com os dados fornecidos pela SNO, o Estado não atingiu, em 1984, o número suficiente exigido por lei, havendo indeferimento. Goiás dispunha, em 82, de 54 diretórios municipais.

OUTRA CONSTATAÇÃO

Ainda seguindo a friez dos números, mas que necessariamente aponta para uma reflexão e avaliação políticas, defrontamo-nos, agora, com nova constatação. Ela tem por base a consulta feita ao conjunto do PT sobre que posição deveria o Partido tomar em relação à ida ou não dos seus parlamentares ao Colégio Eleitoral.

De acordo com os dados de que dispomos, referentes a 1984, o Partido dos Trabalhadores tem, em âmbito nacional, 290.010 filiados, mas, da consulta citada, apenas 19.916 participaram. Ou seja: menos de 10% do conjunto partidário atenderam ao apelo do PT.

Estados	Nº de filiados	participantes da consulta
São Paulo	95 907	9 588
Minas Gerais	33 275	2 613
Rio de Janeiro	31.443	224
Rio Grande do Sul	20 710	1 498
Paraná	13.392	504
Bahia	11 932	465
Pernambuco	9.479	330

Para melhor situar a enorme distância entre **crescer construindo** e **existir sem crescer**, peguemos novamente os números da mesma consulta, realizada em dezembro de 1984. Eles, por si, mostram um quadro que exige não apenas uma profunda reflexão, mas, quem sabe, uma igual auto-crítica de todos nós, acompanhada de uma imediata prática verdadeiramente militante que possa fazer reverter esse panorama pouco animador.

Tomemos, finalmente, agora, como referencial, sete importantes Estados entre todos aqueles em que se realizaram consultas:

Rubens Lemos



Sucesso na TV

Preferência pelo PT quase dobra após o programa de televisão

Foi excelente a repercussão, junto ao grande público, do programa de TV levado pelo Partido em cadeia nacional no dia 6 de maio. Simpatizantes, não simpatizantes e "antipatizantes", todos se curvaram perante a qualidade técnica do programa, e apreciaram com grande prazer sua linguagem descontraída e comovente. O público se emocionou com as falas dos trabalhadores, e em especial as dos desempregados.

Não há dúvida de que esse programa se constitui num êxito — num exemplo de ação bem concebida e bem realizada. Um programa que se propunha a reerguer a imagem do Partido num momento especialmente adverso — logo após a morte de Tancredo Neves — e conseguiu exatamente esse objetivo. Mas como medir o êxito em termos de IBOPE? Uma medida aproximada é a dada pela pesquisa de preferência eleitoral da **Folha de S. Paulo**, realizada na cidade de São Paulo, no dia 15 de maio, nove dias após a transmissão do programa. A pesquisa deu ao PT a preferência de 18,4% do eleitorado, quase o dobro da porcentagem obtida na pesquisa anterior, do mês de março (10,7%).

A pesquisa da **Folha** sugere que o PT cresceu à custa de todos os partidos, menos PMDB e PTB. Não é bem assim. Ocorre que PMDB e PTB também cresceram, enquanto caiu a preferência pelos demais, em especial pelo PDS, que está quase se acabando como partido na capital paulista, e pelo PFL, que, para desgosto dos Mesquitas e outros barões do café, não chegou nem a "pegar". A pesquisa da **Folha** mostra que houve grande movimento de transferência de preferências entre PMDB e PT, com pequeno saldo favorável ao PT, em números absolutos (para cada dois antigos simpatizantes petistas que passaram para o PMDB, houve três simpatizantes peemedebistas que passaram para o PT).

PREFERÊNCIA PARTIDÁRIA NA CIDADE DE SÃO PAULO (%)

	3/3/85	19/5/85
PMDB	41,3	48,3
PT	10,7	18,4
PDS	9,4	5,9
PFL	7,2	3,2
PDT	2,3	1,2
PTB	3,3	4,1

Marinheiros e fuzileiros navais exigem sua anistia

Ao Diretório Nacional do PT

Sou um dos 6.000 marinheiros e fuzileiros navais expulsos de suas corporações após 1964 e que junto com mais de 60.000 civis e militares até hoje não foram beneficiados pela Lei da Anistia.

Fomos punidos arbitrariamente por termos reivindicado direitos elementares como: melhores salários, melhor alimentação, direito de casar, de usar roupas civis, de estudar, de reunião, etc.

Além disto, nos posicionamos a favor da legalidade e em defesa da Constituição e da ordem. Apoiávamos, como entidade, o então presidente da República nas suas propostas de Reformas de Base: reforma agrária e tributária, regulamentação da lei de remessa de lucros para o exterior, encampações, nacionalizações, justiça social, etc.

Nestes últimos 21 anos a nossa caminhada tem sido um rosário de perseguições, em que não faltaram prisões, demissões de empregos e vexames morais que alcançaram até as nossas famílias.

Não se contentando com minha expulsão, os pseudo-revolucionários me processaram e me condenaram a 5 anos e um mês de prisão.

Em 1974, fui tirado do meu emprego nos Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul e jogado na Ilha Grande, no setor de presos políticos, depois de terem me humilhado em outros presídios, pondo-me junto com bandidos da mais alta periculosidade.

Ao sair do presídio da Ilha Grande apresentei-me no meu antigo emprego. Para minha surpresa fui informado que havia sido despedido por "justa causa".

Meus cinco filhos doentes, minha esposa com estafa e perturbações mentais, este foi o quadro que encontrei ao voltar para casa. Minha família até hoje está traumatizada pela violência e pelo estado de penúria a que foi submetida neste período.

Em 1976, prestei concurso para a Petrobrás, o que me custou um esforço enorme, estudando 22 dias, das 7 às 21 horas. Concorrendo com duzentos candidatos, fui o nono colocado entre os 17 selecionados para admissão ao cargo de supervisor elétrico. No entanto não fui admitido. Nem recebi qualquer comunicação.

Em 1978, prestei concurso para o Metrô, para o cargo de técnico de motores de corrente contínua e alta tensão. Aprovado, a minha admissão passou a depender de uma última entrevista, mas o meu entrevistador, um oficial, deixou

claro que tinha informações sobre a minha vida e lá se foi mais uma pretensão. (...)

As reivindicações que fazíamos em 1964, como praças de pré, e pelas quais fomos punidos, foram todas adotadas pela Marinha, após a nossa saída.

As posições políticas que defendíamos, como entidade, em apoio ao Presidente da Nação são hoje defendidas em alto e bom som por parlamentares, Ministros de Estado, e pelo Presidente da Nova República.

Então, qual foi nosso crime? E como fica a nossa situação? A quem responsabilizar por todos os vexames que passamos e pelos sofrimentos que ainda nos são impostos? Em nome de uma reconciliação nacional devemos esquecer a justiça?

Como verdadeiros brasileiros ainda confiamos na nossa pátria e nos homens de bem investidos de mandatos populares. Mas para que as mágoas e ressentimentos sejam esquecidos só existe um caminho, que é o da anistia ampla, geral e irrestrita. A partir daí começaremos a fazer democracia.

Como os companheiros sabem, a luta pela anistia envolveu grandes parcelas da população deste país. Infelizmente, o ditador João Figueiredo deu uma anistia capenga com o fim de fazer determinadas acomodações no seu próprio meio. Hoje estamos novamente voltando às ruas para exigir aquilo que nos foi tirado de uma maneira injusta e ilegal. Contamos com o nosso partido nessa nova frente de luta. O PMDB, quando era oposição, defendia a anistia ampla, geral e irrestrita como uma de suas bandeiras de luta. Que tal cobrarmos agora que são governos? Vamos ver se realmente eles são democratas.

Estamos enviando um anteprojeto de anistia ao Congresso Nacional para ser apreciado, discutido e também aprovado. Pouco importa para a gente, hoje, alegações de que o país não tem dinheiro. Que se acabe com as mordomias, que se diminuam os gastos das estatais, que se apanhe de volta o dinheiro das várias falcatruas e de tantas outras mazelas... Para nós que participamos da resistência à ditadura, tem sido difícil a sobrevivência nestes 21 anos. Principalmente os ex-militares, por serem considerados traidores da classe. Foi através de parlamentares do PT e do PDT que consegui bater vários xerox deste documento que lhes envio.

Rio de Janeiro, 26 de abril de 1985

Joaquim Aurélio de Oliveira

Executiva do PT acusa o Vaticano de violar o direito de expressão no caso Boff

São Paulo, 22 de maio de 1985

A Executiva Nacional do PT tomou conhecimento da punição imposta pela Congregação para Defesa da Fé, de obsequioso silêncio, ao teólogo Leonardo Boff.

Vem a público para expressar sua estranheza pelo fato de que, se, de um lado, a Igreja incorporou em suas encíclicas o elenco dos Direitos Humanos inserto na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de outro, pune um de seus mais combativos membros, violando o art. 19, daquela Declaração, que dispõe sobre a liberdade de expressão do pensamento e de pesquisa, e impede a sua palavra de alento em prol da libertação dos povos.

E, nesse sentido, vem solidarizar-se com o ilustre teólogo e repudiar a punição que lhe foi imposta e que atinge não apenas um frade católico, mas todo o povo.

Airton desliga-se do PT

São Paulo, 21 de maio de 1985
Ilmo. Sr.

Luis Inácio Lula da Silva
D.D. Presidente Nacional do Partido dos Trabalhadores

Prezado companheiro:

Dando cumprimento a decisão do Diretório Nacional e Convenção, venho solicitar o meu desligamento dos quadros do Partido dos Trabalhadores.

Filiado na condição de fundador do partido, portanto com registro no livro dos fundadores, e não em ficha própria de filiação, requeiro de V. Sa. seja comunicado o Egrégio Tribunal Superior Eleitoral para fins de Direito.

Requeiro, outrossim, seja oficiado o Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados em função de normas regimentais do Parlamento brasileiro.

Cordialmente

Airton Esteves Soares
Deputado federal

BOLETIM NACIONAL

Nº 10 — Junho de 1985

Editado pela Secretaria Geral Nacional
Edição: Bernardo Kucinski
Diagramação: Zé Ramos Néto;
Preparação de texto: Flávio Moreira Martins
Produção: Mauro di Deus;
Secretaria: Terezinha de Jesus Amorim e Fernanda Maria Coelho
Distribuição: João Batista / Alberto dos Santos / Carlos Eduardo Zanatta
Composição, fotolito e impressão: Editora Jorúes

ATENÇÃO, LEITORES DO BOLETIM NACIONAL

A partir desta edição, o *Boletim Nacional* ganha novo formato e passa a sair regularmente, uma vez por mês. Nosso projeto prevê juntar mais quatro páginas como próximo passo, transformando o *Boletim Nacional* em instrumento substancial de informação e educação política. Esse projeto tem como base um vínculo maduro e não paternalista com o leitor, seja ele militante do PT ou não. Sabemos que muitos de nossos leitores não podem pagar um custo elevado de assinatura do *Boletim*. Por isso mesmo, passamos para um papel mais barato, sem perda da qualidade estética e do conteúdo. Para manter esse projeto, é importante que cada leitor do *Boletim* se transforme a curto prazo em assinante do *Boletim*. Mesmo os que já são contribuintes regulares de seus diretórios. Se, em caso extremo, você não pode pagar, junte-se a dois ou três colegas ou vizinhos, compartilhando com ele o *Boletim* e o custo. A assinatura anual do *Boletim* custa Cr\$ 8.000, mas sugerimos, aos que podem, a assinatura bianual de Cr\$ 15.000, pois só o custo de remessa do dinheiro é da ordem de Cr\$ 1.000. Mande o seu pagamento, escrevendo claramente nome e endereço, por uma das seguintes formas:

VALE POSTAL para
PARTIDO DOS TRABALHADORES (BOLETIM NACIONAL)
AV. 11 DE JUNHO, 260
CEP 04041, SÃO PAULO, SP

ORDEM DE CRÉDITO
PARTIDO DOS TRABALHADORES (BOLETIM NACIONAL)
CONTA N.º 103.457-X, BANCO DO BRASIL
AGÊNCIA CAMINHO DO MEIO, PORTO ALEGRE, RS

OU
CONTA N.º 212.13.01172-6, BANESPA
AGÊNCIA VILA MARIANA, SÃO PAULO, SP

CHEQUE NOMINAL
EM NOME DO PARTIDO DOS TRABALHADORES (BOLETIM NACIONAL)

Temos recebido cartas de simpatizantes e militantes do PT com relações de pessoas indicadas para também receberem o *Boletim Nacional*. Essas relações, às vezes, chegam a dezenas de nomes. Ocasionalmente, acabam sendo incluídos até nomes de pessoas que não têm interesse no *Boletim*. Consideramos muito positivo esse esforço de levar a mais e mais pessoas as idéias do PT, mas achamos que é preciso disciplinar a distribuição do *Boletim*. Com a nova necessidade de transformar a curto prazo cada leitor também num assinante, essa reformulação se tornou inadiável. Propomos, assim, que, caso você conheça alguém interessado em ser leitor do *Boletim*, em vez de nos mandar o nome, peça ao próprio leitor potencial que preencha o formulário abaixo, incluindo o pagamento pela assinatura.

QUERO SER LEITOR DO BOLETIM NACIONAL

NOME _____

ENDEREÇO _____ CEP _____ CIDADE _____ ESTADO _____

ANEXO O PAGAMENTO (CHEQUE OU VALE POSTAL), NO VALOR

DE Cr\$ 8.000 OU Cr\$ 15.000

ATENÇÃO, MILITANTES DO PT

Você gostou do programa nacional de TV levado em cadeia nacional no dia 6 de maio? Você acha importantes as resoluções do Encontro Sindical, explicadas nesta edição do *Boletim*? Você sabe quanto custou o programa de TV? Você sabe quanto custou a realização do Encontro Sindical, com mais de 100 delegados? Depois de todas estas perguntas, você já

sabe o que vamos perguntar: qual foi a sua última contribuição financeira para o PT?

Deposite sua contribuição em nome do PARTIDO DOS TRABALHADORES Conta n.º 103.457-X, Agência Caminho do Meio, do Banco do Brasil, Porto Alegre, RS, ou Conta n.º 212.13.01172-6, Agência Vila Mariana, do Banespa, São Paulo.



BOLETIM NACIONAL

órgão informativo da Comissão Executiva Nacional
do Partido dos Trabalhadores
Rua 11 de Junho, 260 CEP 04041 — São Paulo, SP



LUIS SERGIO G. DA SILVA
RUA JOAQUIM TAVORA 1589
04615 - SÃO PAULO SP

0362673

IMPRESSO